

# Política

politica@correiodopovo.com.br  
 Editor: **Luiz Augusto Kern**  
 Editora assistente: **Dulci Emerim**

## PF indícia Vaccarezza e mais dois

■ A Polícia Federal (PF) indiciou os deputados federais Vander Loubet (PT-MS), Nelson Meurer (PP-PR) e o ex-deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), investigados na Operação Lava Jato, por recebimento de propina em contratos da Petrobras. O inquérito aponta indícios de corrupção passiva dos três. Vaccarezza teria recebido em seu apartamento, em São Paulo, valores do doleiro Alberto Youssef.



Nas obras  
que ganhamos  
sempre houve  
propina.

**Ricardo Pessoa**

Dono da UTC Engenharia

## Cherini pede uso do Exército nas ruas

■ O coordenador da bancada gaúcha, deputado Giovani Cherini (PDT), usou a tribuna da Câmara, ontem, para pedir ao governador José Ivo Sartori (PMDB) que solicite auxílio do Exército para conter a violência no RS. O parlamentar afirmou que “o Estado vive uma crise institucional por conta das medidas adotadas pelo governo, que nos últimos dois meses parcelou o salário de seus servidores”.

**TELAS MOSQUITEIRAS**  
**DE RALF**  
 (51) 3019.9252 / 9366.5690  
 www.deralf.com.br  
 R. Barão do Amazonas, 1461

# Oposição: Sartori tem verba para pagamentos

Conta dos depósitos judiciais tinha R\$ 270 milhões, mas governo não utilizou

■ IURI RAMOS

O líder da bancada do PT na Assembleia, deputado Luiz Fernando Mainardi, calculou ontem que o governo do Estado deixou de pagar R\$ 778,00 a mais para cada matrícula de servidores ativos e inativos referentes ao salário de agosto, mesmo tendo recursos à sua disposição. Segundo Mainardi, o Piratini optou por deixar R\$ 270 milhões parados na conta dos depósitos judiciais.

“Na segunda-feira, dia 31 de agosto, havia R\$ 270 milhões disponíveis na conta dos depósitos judiciais. Isso porque nos dias anteriores o governo repassou recursos do caixa único para a conta administrada pelo Judiciário”, afirmou Mainardi. A manobra, que seria para reduzir os juros pagos pelos saques, poderia ter ampliado o valor pago aos servidores de R\$ 600,00 para R\$ 1.378,00.

Ainda segundo ele, o governo poderia também ter optado por utilizar os recursos para pagar a parcela da dívida do Estado com a União, estimada em R\$ 265,4 milhões, o que teria evitado o bloqueio das contas estaduais. Segundo cálculo do PT, o governo decidiu não sacar o equivalente a 2,7% do teto legal atual já disponível. Somente hoje, o Piratini deve encaminhar projeto aumentando o limite de saques de 85% para 95%.

“O governador Sartori não fez nenhuma das opções. Não pagou os servidores públicos, o que achamos que ele deveria ter feito na semana passada, nem honrou a parcela da dívida. Fez isso exatamente para aumentar as dificuldades financeiras do Estado. O governo conduz a situação para o caos. Os servidores não recebem, a sociedade está indignada com a prestação dos serviços públicos, especialmente na área da segurança pública, onde vivemos em um inferno”, declarou.

O deputado afirmou ainda que o governo quer pressionar os parlamentares a aprovarem medidas impopulares, como o aumento do ICMS. “Estamos percebendo que quanto pior a situação melhor para o governo atingir seu principal objetivo: criar toda essa indignação da sociedade para que os deputados não tenham alternativa a não ser aprovar o aumento dos impostos”, afirmou Mainardi.

Na terça-feira, a bancada petista vai ao Tribunal de Justiça pedir acesso à movimentação da conta dos depósitos judiciais. Depois, levará os dados ao Ministério Público de Contas e ao presidente do Tribunal de Contas do Estado para que apurem a responsabilidade da escolha. “Se ele diz que o pagamento só não é maior por impossibilidade material, queremos uma investigação”, declarou.

## LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

# Servidores pedem retirada de projeto

■ FLAVIA BEMFICA

Acusações de que o governo promove um encolhimento do Estado e questionamentos sobre os números apresentados pelo Executivo marcaram a audiência pública realizada ontem na Assembleia Legislativa para discutir o PLC 206, o projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal estadual proposto pelo governo e em tramitação na Assembleia. Pelo menos dois mil servidores de 44 categorias lotaram pela manhã o auditório Dante Barone, onde ocorria a audiência, e ainda as salas de outras comissões e parte de corredores. Eles também se espalharam pela Praça da Matriz e pela rua Duque de Caxias, em frente ao Palácio Piratini. Ao final da audiência, entregaram ao chefe da Casa Civil,

Márcio Biolchi, uma carta endereçada ao governador José Ivo Sartori (PMDB) oficializando a solicitação pela retirada do texto da Assembleia.

O principal argumento das categorias é de que o 206 é inconstitucional. Entre outros pontos, porque estabelece mais restrições do que a Lei de Responsabilidade Fiscal federal e porque altera a fórmula de cálculo para a determinação da despesa. “A lei pode tentar disfarçar, mas o que pretende é uma redução do Estado em cima do pessoal. Também há uma tentativa de constranger os outros poderes a fazerem ainda mais contenções. Mas, enquanto isso, o governo segue sem fornecer um detalhamento dos números da Fazenda”, afirmou o presidente da Ajuris, Eugênio Terra.

As solicitações pelo maior conhecimento dos números do déficit marcaram as manifestações de servidores e também de parlamentares de oposição durante a audiência. Eles destacam que o déficit mensal anunciado pelo governo, de R\$ 400 milhões, é sempre idêntico, independente da variação da receita. E apontam como superestimado o valor de despesas em aberto anunciado pelo governo para agosto, de R\$ 1,6 bilhão. O número é superior ao déficit de todo o ano passado.

O presidente da Fessergs, Sérgio Arnoud, lembrou que nos primeiros oito meses de 2015 a arrecadação do Estado foi próxima a R\$ 25 bilhões. Em agosto, a receita tributária bruta, com dados atualizados até ontem, foi de R\$ 2,3 bilhões.

# Críticas e comparação com tucano Richa

Além dos números, diferentes entidades questionaram ontem na Assembleia Legislativa, durante as manifestações contra o PLC 206/2015, as escolhas feitas pelo Executivo para o equilíbrio das finanças. Levantamento diário feito pela Ajuris aponta que, em meio à crise, entre 15 de maio e 20 de agosto deste ano, o Executivo nomeou 1.619 cargos em comissão (CCs). A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) prevê que, em caso de conten-

ções, os primeiros cortes devem atingir os cargos em comissão, seguidos pelos funcionários não estáveis.

As comparações com as políticas adotadas em outros estados também ganharam destaque na audiência de ontem, que teve o depoimento da professora paranaense Marlei Fernandes. Marlei listou semelhanças entre as medidas adotadas pelo governador José Ivo Sartori (PMDB) e o governador paranaense Beto Ri-

cha (PSDB). E afirmou que, no Paraná, após a violenta repressão aos servidores ocorrida em 29 de abril e 72 dias de greve, Richa, por acordo, se comprometeu a não atrasar salários e a não enviar ao Legislativo projetos que retirem direitos de servidores.

Outro governador lembrado foi Renan Filho (PMDB). Em Alagoas, o filho do presidente do Senado, Renan Calheiros, reduziu o duodécimo dos poderes.

## Taline Oppitz

taline@correiodopovo.com.br



### Salvo reviravolta, ICMS será aprovado

Salvo reviravolta, o governo José Ivo Sartori deve conseguir aprovar o projeto de aumento de alíquotas do ICMS, que garantirá, segundo estimativas da Fazenda, fôlego de R\$ 1,8 bilhão por ano a partir de 2016. Um dos principais indicativos de que o Piratini conta com os votos necessários foi a tentativa – barrada pela oposição – de antecipar a votação da proposta de aumento do dia 22 para a próxima semana. Ontem, articulações que já vinham sendo feitas nos bastidores por prefeitos, ganharam caráter oficial. Em assembleia geral, a Famurs aprovou moção de apoio ao aumento das alíquotas, com manifestações favoráveis dos prefeitos de Porto Alegre, José Fortunati, do PDT, de Canoas, Jairo Jorge, e do presidente da entidade Luiz Carlos Folador, ambos do PT. A Famurs condicionou o apoio à quitação das dívidas do Estado com os municípios, que hoje está em R\$ 258 milhões, em áreas como saúde, educação e assistência social. No caso de aprovação do projeto do ICMS, o reforço nos caixas das prefeituras será de R\$ 764 milhões por ano. Entre parlamentares da base aliada, o clima não é diferente e as dissidências já estão contabilizadas pelo Piratini. Há unanimidade nos discursos contrários à elevação de impostos, mas as manifestações são seguidas pela justificativa de que não há outra saída viável no momento.

### Coerência preservada

Após a aprovação da moção da Famurs, Jairo Jorge escreveu no Twitter: “O aumento do ICMS e a recriação da CPMF são remédios amargos, mas o desequilíbrio das contas públicas terá um impacto ainda maior na vida do povo”, fazendo menção a medidas dos governos Sartori e Dilma Rousseff. Considerado pré-candidato ao Piratini em 2018, apesar de resistências de alas do PT, Jairo Jorge é uma das vozes destoantes do partido, capaz de fazer a autocrítica e de manter a coerência, mesmo sendo oposição no Estado.

### Fora do prazo Projeto será mantido

Com o envio à Assembleia, hoje, dos projetos do Executivo, de ampliação dos depósitos judiciais de 85% para 95%; e do TJ, abrindo mão de 50% dos juros sobre os saques, não há mais tempo hábil de o governo tentar novo acordo de líderes para votar as propostas, vinculadas à de aumento do ICMS, até o dia 15. Gabriel Souza entregou parecer favorável ao projeto de criação da Lei de Responsabilidade Fiscal Estadual. O parecer pode ser votado na Comissão de Constituição e Justiça a partir do dia 8. Como há possibilidade de pedido de vistas pela oposição, a análise pode ocorrer apenas dia 22. Apesar da resistência de servidores e adversários, que entregaram pedido formal de retirada da proposta ao chefe da Casa Civil, Márcio Biolchi, não está descartado que o Executivo peça regime de urgência para abreviar a chegada do projeto ao plenário.

### Articulação

■ Para agilizar a tramitação da PEC de sua autoria, proibindo a União de criar encargos financeiros para estados e municípios sem indicar fonte de recursos, a senadora Ana Amélia Lemos se reuniu com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Como há proposta semelhante tramitando, a PEC do deputado Mendonça Filho, do Dem, a intenção é buscar entendimento para que uma das iniciativas passe no Congresso. A PEC de Ana Amélia já foi aprovada pelo Senado, no último dia 26, e aguarda agora análise dos deputados.

### Apartes

■ O placar a favor do projeto de aumento do ICMS e das demais propostas dos pacotes de ajuste fiscal deve estar mesmo garantido. Em meio às articulações, o chefe da Casa Civil aproveitará o feriadão para viajar com a família para fora do Estado.



RENAN ARAIS / DIVULGAÇÃO / CP